
ENC: IMPUGNAÇÃO EDITAL TP 01/2021

1 mensagem

Sena Castro, Felicia Lourdes De <felicia.castro@tkelevator.com>

20 de agosto de 2021 18:13

Para: "selc@trt3.jus.br" <selc@trt3.jus.br>

Cc: "Torres, Ricardo Estevao" <ricardo.torres@tkelevator.com>, "Guimaraes, Emerson Couto" <emerson.guimaraes@tkelevator.com>, "DE LIMA CARNEIRO, FABIO" <fabio.carneiro2@tkelevator.com>, "Diogo Saraiva, Matheus" <matheus.saraiva@tkelevator.com>, "Leite, Joao Claudio" <joao.leite@tkelevator.com>, "Robert De Oliveira Costa, Ronel" <ronel.costa@tkelevator.com>

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Prezados Srs,

A TK Elevadores Brasil Ltda apresenta impugnação ao edital referente ao processo de Tomada de Preços nº 01/2021 – Processo e-PAD 22144/2021 (SEGPRES) para vosso conhecimento e análise.

Ficamos à disposição.

Atenciosamente

Felicia Sena

Vendas de Servicos

Latin America

T +55 31 3064.3000 | R 3016

TK Elevator | R Ouro Preto 337 339 | CEP 30170-040 | Belo Horizonte - MG | Brasil | www.tkelevator.com[Facebook](#) | [Instagram](#) | [Twitter](#) | [LinkedIn](#) | [Blog](#)

This e-mail (including any attachments) may contain confidential and/or privileged information. Any unauthorized use or dissemination of this message in whole or in part is strictly prohibited. If you are not the intended recipient (or have received this e-mail in error) please notify the sender immediately and destroy this e-mail.

4 anexos

 **Impugnação TK Tomada de Preços 01.2021 TRT.pdf**
489K

 **CNH - Paulo Roberto Ferrari.pdf**
175K

 **CNH - Ricardo Estevão Torres.pdf**
123K

 **Procuração MG capital - 31.01.2022.pdf**
2257K

**ILMO. SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO – MG.**

Lic. TKE 14892

**Ref. PROCESSO-e-PAD 22144/2021 (SEGPRE)
Tomada de Preços nº 01/2021**

TK ELEVADORES BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 90.347.840/0007-03, com endereço na Rua Ouro Preto, nº 337 e 339, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP 30.170-040, através de seu representante legal (procuração anexa), vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com base no disposto do art. 41 da Lei nº 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO** cumulada com **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

I. DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Analisando o teor do edital epigrafado, pode-se notar que a previsão de dotação orçamentária para a contratação está assim disposta:

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa resultante desta licitação correrá à conta da dotação orçamentária mediante verba: Classificação: PTRES 168029 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado de Minas Gerais – Plano Orçamentário: 0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Natureza da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

Para tanto, solicita-se esclarecimentos acerca da natureza da despesa que contemple o objeto licitado.

Como prevê a Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93) no inciso III, parágrafo 2º, artigo 7º, as obras e serviços somente poderão ser licitados quando houve **previsão de recursos orçamentários**, *in verbis*:

“Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

(...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

III - houver **previsão de recursos orçamentários** que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma,”

Além disso, sem a competente previsão orçamentária, a licitante interessada não tem ciência da forma como será realizada a **emissão de notas fiscais (percentual de fornecimento de equipamentos x percentual de prestação de serviços)**.

Dessa forma, para que o edital se mantenha no plano da legalidade, além de permitir um correto faturamento do preço e emissão de notas fiscais pela empresa contratada, importante se faz, desde logo, a discriminação da dotação orçamentária completa, com a especificação do elemento de despesa previsto para o fornecimento de material.



Nessa situação, requer-se a retificação do edital para que conste do edital as alterações ora apontadas, como medida de resguardo da maior e melhor concorrência e regularidade do certame.

DA NECESSARIA PROPORCIONALIDADE E DOSIMETRIA NAS MULTAS PERCENTUAIS

O ato convocatório disciplina a sujeição da contratada a multas de 15% (quinze por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, consoante a seguinte cláusula do edital:.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DAS PENALIDADES:

Garantida ampla e prévia defesa, no caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o CONTRATANTE, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente, segundo a extensão da falta cometida e a gravidade da infração, as penalidades permitidas em lei e as constantes deste Instrumento, que são:

- a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela dos serviços em atraso, cabível nos casos de atrasos injustificados de até 30 (trinta) dias, no cumprimento de qualquer dos prazos estabelecidos neste contrato e no Projeto Básico do Edital da Tomada de Preços XX/2021;
- b) multa por inexecução contratual parcial de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da parcela dos serviços em atraso, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias;
- c) multa por inexecução contratual parcial de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual;**
- d) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, cabível na rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;**
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e" desta cláusula.

Parágrafo Primeiro: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia contratual acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo Segundo: Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os

documentos necessários à comprovação das alegações, ser encaminhada ao gestor da contratação e recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

Parágrafo Terceiro: Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério do CONTRATANTE a aceitação das justificativas apresentadas.

Parágrafo Quarto: Nos termos da Lei 12.846/13, a CONTRATADA estará sujeita à responsabilização objetiva administrativa e civil pela prática de atos lesivos previstos na referida Lei contra a administração pública, nacional e estrangeira, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

Parágrafo Quinto: As penalidades pecuniárias descritas neste contrato, aplicadas após regular processo administrativo em que sejam garantidos o contraditório e a ampla defesa, poderão ser descontadas da garantia contratual, sendo certo que, caso a multa seja

superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Sexto: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Todavia, as referidas multas fogem às regras de proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que os percentuais aplicados são excessivos e altamente onerosos, incidentes tendo como base de cálculo o VALOR TOTAL DO CONTRATO.

No caso em tela, a penalidade adequada seria a **previsão de multa em patamar máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida**, evitando assim, ofensa aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como visando garantir a segurança jurídica das partes.

A respeito da proporcionalidade das sanções, leciona com propriedade Marçal Justen Filho:

É pacífico que o sancionamento ao infrator deve ser compatível com a gravidade e a reprobabilidade da infração. (...) é dever do aplicador dimensionar a extensão e a intensidade da sanção aos pressupostos de antijuridicidade apurados.¹

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 9ª ed., p. 569.

O TCU, sobre o tema, dispôs:

Estipule, em atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais; Acórdão 1453/2009 Plenário

Assim, requer seja retificado o Edital no que tange à imposição das multas, alterando seu patamar máximo ao limite de 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para garantia da segurança jurídica das licitantes.

DA OMISSÃO QUANTO A ADMISSIBILIDADE DE FATURAMENTO DO MATERIAL COM CNPJ DA MATRIZ

O ato convocatório não dispôs sobre a possibilidade ou vedação de faturamento da venda de materiais através do CNPJ da matriz, mesmo quando da participação de filial da empresa no certame.

Esclarece-se que, embora o serviço seja prestado pela filial, quem efetivamente fabricará os equipamentos é a matriz, de sorte que não há razão para que haja impedimento de faturamento da nota fiscal emitida pela matriz quando a filial contratou com o órgão público em questão.

Destaca-se que matriz e filial referem-se a mesma empresa, sendo que a primeira produz e fornece o objeto do certame, devendo faturar o equipamento, enquanto a segunda realizará a entrega e instalação do bem fabricado.



Acerca do tema, o TCU *in* Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU² apresenta jurisprudência sobre o caso em questão, assim encerrando a discussão:

(...) Conceitua-se matriz aquele estabelecimento chamado sede ou principal que tem a primazia na direção e ao qual estão subordinados todos os demais, chamados de filiais, sucursais ou agências.

10. Como filial conceitua-se aquele estabelecimento que representa a direção principal, contudo, sem alçada de poder deliberativo e/ou executivo. A filial pratica atos que tem validade no campo jurídico e obrigam a organização como um todo, porque este estabelecimento possui poder de representação ou mandato da matriz; por esta razão, a filial deve adotar a mesma firma ou denominação do estabelecimento principal. Sua criação e extinção somente são realizadas e efetivadas através de alteração contratual ou estatutária, registradas no Órgão competente.

Art. 10. As Entidades domiciliadas no Brasil, inclusive as pessoas jurídicas por equiparação, estão obrigadas a inscreverem no CNPJ, antes de iniciarem suas atividades, todos os seus estabelecimentos localizados no Brasil ou no exterior. § 1º Para efeitos de CNPJ, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, móvel ou imóvel, próprio ou de terceiro, em que a Entidade exerça, em caráter temporário ou permanente, suas atividades, inclusive as Unidades auxiliares constantes do Anexo V, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

12. Conclui-se que o CNPJ específico para a filial decorre somente da obrigatoriedade da citada Instrução Normativa, que impõe à todas as empresas a inscrição do CNPJ de seus estabelecimentos. O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ é composto de oito algarismos, separado por uma barra do número de ordem do estabelecimento e, por fim, após o hífen, dois dígitos de controle. Desta maneira, o número do CNPJ da matriz e da filial são iguais até a barra separadora. Em seguida, faz-se a diferenciação entre os estabelecimentos: /0001 é sempre para a matriz; /0002 para a primeira filial; /0003 para a segunda filial e assim por diante. Os demais dígitos são os chamados de dígitos verificadores, específico para cada estabelecimento.

(...)

20. Pelo exposto, tanto a matriz, quanto à filial, podem participar de licitação e uma ou outra pode realizar o fornecimento, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica. Atente-se, todavia, para a regularidade fiscal da empresa que fornecerá o objeto do contrato, a fim de verificar a cumprimento dos requisitos de habilitação". (Acórdão 3056/2008 – Plenário. Rel. Min. Benjamin Zymler. DOU de 12/12/2008). Grifo nosso.

² Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU. 4ª edição. Brasília, 2010, p. 461

A decisão citada vai ao encontro da tese ora defendida, tendo em vista que aceita o fornecimento do objeto da licitação tanto pela matriz quanto pela filial, tendo em vista tratar-se da mesma pessoa jurídica.

Há que ser salientado que à participação da filial já é imprescindível a comprovação da sua qualificação mediante a apresentação de uma série de documentos, os quais, muitos, em razão da sua natureza, são emitidos no CNPJ da matriz.

O TCU, nesse sentido, proferiu a **decisão TCU nº 679/1997 – Plenário**, dispondo que:

m) evite inabilitar participantes de processos licitatórios em razão somente de diferenças entre números de registro de CGC das respectivas matriz e filiais, nos comprovantes pertinentes ao CND, ao FGTS, INSS e Relação de Empregados, quando a empresa interessada comprovar a centralização do recolhimento de contribuições, tendo em vista a legalidade desse procedimento;

Outrossim, o TCU, no **Acórdão 1.923/2003, Primeira Câmara**, orienta que o contrato deve ser firmado com a vencedora da licitação. Excepcionalmente, quando necessária a execução pela matriz, ela poderá participar do certame, caso haja previsão contratual:

3. Não obstante, pode ser admitida a entrega de bens por filial/matriz, quando essa condição estiver prevista nos atos convocatórios e nos contratos, desde que:

- a – a empresa participante da licitação, na situação de líder, comprove, documentalmente, estar em condições de assumir os compromissos em nome dos demais, inclusive para assinar os respectivos contratos;*
- b – as filiais/matriz envolvidas estejam habilitadas no SICAF;*
- c – constem dos contratos os quantitativos a serem fornecidos por cada filial/matriz, conforme o objeto adjudicado a cada um, e mediante notas de empenho específicas. **(GRIFADO)***

Depreende-se do exposto o reconhecimento de que matriz e filiais integram a mesma pessoa jurídica, tanto o é, que estas comprovarão a sua qualificação à licitação com base nos documentos expedidos sob o CNPJ daquela.



Dessa forma, ao ser emitida nota fiscal com o CNPJ da matriz, não obstante o contrato seja firmado pela filial, para que a contratada possa cumprir os pressupostos legais que regem a matéria tributária, sem prejuízo da Lei nº 8.666/93.

Ademais, não existe previsão legal que exija a emissão da nota fiscal, exclusivamente, com o CNPJ que constou na proposta de preços. Logo, fazer tal exigência acarretaria em ofensa às prescrições licitatórias e tributárias.

Isso porque o princípio da legalidade é elemento basilar do regime jurídico-administrativo, considerado a *“diretriz básica da conduta dos agentes da Administração”*³. Assim, não pode o administrador furtar-se ao cumprimento da lei, pois sua liberdade de ação deverá ser balizada inexoravelmente por texto legal.

Aliás, pertinente trazer à baila os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello⁴, o qual define com clareza que *“o princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina”*.

Verifica-se que a liberdade administrativa diferencia-se da civil por ser positiva, ou seja, a lei define claramente os limites da atuação do administrador, enquanto a segunda é negativa, sendo legal todas as ações que não contrariem a lei.

Do ponto de vista licitatório, o artigo 29 da Lei n. 8.666/93 possibilita, ao participante da licitação, que comprove sua regularidade fiscal com documentação **do domicílio ou da sede**.

Portanto, cabe à proponente a alternativa na apresentação de um ou outro, ou seja, tem a licitante a prerrogativa, autorizada em lei, de apresentar **documentação da sua filial ou da matriz**.

³ FILHO, José dos Santos Carvalho. *Manual de direito administrativo*. 19ª. Ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, pag.17.

⁴ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 93.

Vale salientar, novamente, que **matriz e filial não são pessoas jurídicas distintas**, pois representam estabelecimentos diferentes pertencentes à mesma pessoa jurídica (TCU, Acórdão n. 3.056/2008 - Plenário).

Outrossim, temos também que a omissão quanto à possibilidade de **faturamento dos equipamentos/serviços em CNPJs distintos, mas da mesma pessoa jurídica**, acarretam menor interesse no pleito do objeto licitado, prejudicando o princípio da concorrência, tão caro à licitação.

Diante do exposto, sem prejuízo da Lei 8.666/93, requer seja **admitido o faturamento dos materiais pelo CNPJ da matriz-fábrica e a instalação e prestação de serviços pelo CNPJ da filial**, já que constituem a mesma pessoa jurídica, inexistindo qualquer prejuízo de ordem técnica ou contábil nessa providência.

II. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS – QUESTIONAMENTOS TÉCNICOS

Por economia processual, agrega-se ao presente pleito de impugnação ao edital os seguintes questionamentos, solicitando sejam respondidos de forma objetiva.

1. Configurações requeridas para os elevadores.

O item 3.1.1 do edital estabelece que os elevadores deverão operar em um sistema de quadriplex, com opção de "conversão" para modalidades simplex e triplex, com possibilidade de instalação de quatro colunas de botoeiras (uma para cada elevador).

O questionamento se dá na configuração acima, tendo em vista que não poderá ser executado tecnicamente desta maneira, uma vez que esteja interligado



ao grupo de quatro elevadores e interligados entre si, um (ou mais) dos elevadores pode apenas sair do grupo (via manual pela chave preferencial da cabina ou pelo acesso do sistema supervisório), contudo SEM a operação das botoeiras externas (mesmo aquele dedicada para ele), uma vez que estas são interligadas entre TODOS os elevadores para o atendimento do sistema de comando em grupo, e com o atendimento feito EXCLUSIVAMENTE pelo Painel de operação da cabina.

Assim, as condições de SIMPLEX + TRIPLEX são IMUTÁVEIS e não permitem a comutação via SOFTWARE ou por meio da chave cabineiro na cabina para o SISTEMA QUADRIplex e vice versa para a situação contrária.

É importante, destacar que 1 (um) equipamento FORA DE UM GRUPO QUADRIplex não significa que ESTE será SIMPLEX, pois a botoeira externa do mesmo não poderá ser usada para atendimento do equipamento.

Portanto, sugerimos que seja mantida a configuração atual (TRIPLEX + SIMPLEX), sendo os elevadores TRIPLEX utilizados para o atendimento ao público e o SIMPLEX para demandas internas do prédio e podendo ser liberado conforme demanda de tráfego também ao público.

No item 3.1.2 do edital, estabelece que os elevadores devem operar em um sistema de triplex, com opção de "conversão" para modalidades simplex e duplex, com possibilidade de instalação de quatro colunas de botoeiras (uma para cada elevador).

O questionamento está na configuração acima que não poderá ser executada tecnicamente. Uma vez interligado ao grupo de quatro elevadores interligados entre si, um (ou mais) dos elevadores pode apenas sair do grupo (via manual pela chave preferencial da cabina ou pelo acesso do sistema supervisório), contudo SEM a operação das botoeiras externas (mesmo aquele exclusivo para ele), uma vez que estas são interligadas entre TODOS os elevadores para o atendimento

do sistema de comando em grupo, e como atendimento feito EXCLUSIVAMENTE pelo Painel de operação da cabina.

Assim, as condições de SIMPLEX + DUPLEX são IMUTÁVEIS e não permitem a comutação via SOFTWARE ou por meio da chave cabineiro na cabina para o SISTEMA TRIPLEX e vice versa para a situação contrária.

É importante, destacar que 1 (um) equipamento FORA DE GRUPO TRIPLEX não significa que este será SIMPLEX, pois a botoeira externa do mesmo não poderá ser usada para atendimento do equipamento.

Verificamos que outro agravante no prédio é que o elevador de 'serviços' possui uma parada a menos que os demais equipamentos.

Portanto, a sugestão é que seja mantida a configuração atual (DUPLEX + SIMPLEX), sendo os elevadores DUPLEX exclusivos para atendimento ao público e o SIMPLEX para demandas internas do prédio e podendo ser liberado conforme demanda de tráfego também ao público, exceto para atendimento ao último andar atendido pelos elevadores sociais.

No item 9.1 – Cabina, letra a) Painel de operação da cabina "Botoeira de Cabina", o edital prevê a especificação de chave comutadora para ligar e desligar o ventilador.

O questionamento se dá, se os sistemas atuais dispensam tal chave, uma vez que é empregado um sensor de temperatura para o acionamento automático do ventilador em faixas de temperatura pré-programadas.

Destacamos que no subitem "r" - Ventilador, a especificação determina que os mesmos deverão ser dotados de um controle eletrônico para ligamento e desligamento automático conforme a variação de temperatura.



No subitem "o" - Kit de lubrificação automática das guias, o fornecimento e instalação, em cada elevador, de kit de lubrificação automática e dos coletores de óleo no poço.

Assim, o questionamento se dá que os elevadores sociais do prédio do TRT na Rua Guajajaras empregam sistema de rollerguides (corrediças de rolo) que dispensam, de forma OBRIGATÓRIA, o uso dos lubrificadores.

No subitem "v" do edital, prevê o fornecimento de protetor acolchoados, no entanto, não informa a quantidade e, se serão destinados aos elevadores de serviços.

No item 9.6 - CASA DE MÁQUINAS, no subitem "f" - Freios da Máquina de Tração, está previsto que o fornecimento de freio com bobina dupla independente para todas as máquinas de tração para ambos os prédios.

O questionamento é, se às máquinas de tração dos três elevadores do prédio localizado a Rua Curitiba não permite a viabilidade técnica da troca do freio por novo modelo de bobina dupla, sendo aplicável tão somente aos elevadores do prédio localizado a Rua dos Goitacazes.

Desta forma, tal item deve ser suprimido (em relação aos equipamentos da Rua Curitiba) ou alterado sua especificação para a troca completa. Ou, para uma nova máquina de tração já dotada de freio duplo, tendo em vista a necessidade de troca dos cabos e da polia de tração para tais equipamentos.

Solicita-se esclarecimentos, tendo em vista as divergências apontadas.

III. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer seja **conhecida e acolhida** a presente Impugnação, em todos os seus termos, para que Vossa Senhoria se digne retificar o edital nos itens

impugnados, com a finalidade de preservar a integridade e harmonia lógica do certame, dentro da legislação aplicável as contratações realizadas pelos entes públicos.

Outrossim, requer sejam respondidos e esclarecidos os questionamentos apresentados.

Termos em que pede e espera deferimento.

Belo Horizonte/MG, 19 de agosto de 2021.


Representante legal
TK Elevadores Brasil LTDA

Ricardo Estevão Torres
Coordenador ON/MOD - MG
TK Elevadores Brasil LTDA
CPF: 551.400.256-04

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

MG

NOME
PAULO ROBERTO FERRARI

DOC IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
4059 CREA MG

CPF
508.676.106-97

DATA NASCIMENTO
20/11/1962

FILIAÇÃO
CARLOS FERRARI
RITA DE FIGUEIREDO
FERRARI

PERMISSÃO
ACC CAT. HAB
B

Nº REGISTRO
02599084402

VALIDADE
15/05/2022

1ª HABILITAÇÃO
02/10/1991

OBSERVAÇÕES
A ;

ASSINATURA DO PORTADOR
Paulo Roberto Ferrari

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
16/05/2017

ASSINATURA DO EMISSOR
Rogério de Melo Franco Assis Araújo
Diretor DETRAN/MG

41928606650
MG513236350

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1473287375

PROIBIDO PLASTIFICAR
1473287375

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
RICARDO ESTEVAO TORRES

DOC IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
68527 CREA MG

CPF
551.400.256-04

DATA NASCIMENTO
17/02/1972

FILIAÇÃO
AFONSO ESTEVAO TORRES
ZELIA DE MENEZES TORRES

PERMISSÃO
B

ACC
B

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
01167465101

VALIDADE
05/03/2020

1ª HABILITAÇÃO
30/06/1990

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
06/03/2015

ASSINATURA DO EMISSOR
Andrea Vacchiano
Diretora Detran/ MG
14668110190
MG469308125

DETRAN-MG (MINAS GERAIS)

PROIBIDO PLASTIFICAR

1079732372

0 TERRITÓRIO NACIONAL

1079732372

TERMINAL LTDA



(assinatura manuscrita)

fl. 1

Nº 27.039 - 079. - PROCURAÇÃO que faz TK Elevadores Brasil Ltda. na forma abaixo. SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que, ao primeiro (1º) dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta Cidade e Comarca de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul, República Federativa do Brasil, na Rua Santa Maria, nº 1000, onde compareci a chamado, fez-se presente, como outorgante, **TK ELEVADORES BRASIL LTDA.**, com sede na Rua Santa Maria nº 1000, bairro Ramada, nesta Cidade, inscrita no CNPJ sob nº 90.347.840/0001-18, com instrumento de constituição de sociedade limitada unipessoal denominada "TK Elevadores Brasil Ltda.", por transformação da Thyssenkrupp Elevadores S.A., em 27 de novembro de 2020, registrado na JucisRS sob NIRE 43208863392, em 05 de janeiro de 2021, apresentada neste ato por seus administradores, conforme a Cláusula 11, do Capítulo IV - Da Administração, do instrumento acima referido, **Marcio de Andrade**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 19.802.193-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 137.546.508-23, com endereço profissional na Rua Tremembé nº 80, Vila Jardim, na cidade de Porto Alegre, neste Estado, nomeado Diretor de Recursos Humanos, e **Paulo Henrique Estefan**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 7110760829, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 833.415.957-91, com endereço profissional na Rua Santa Maria nº 1000, bairro Columbia City, nesta Cidade, nomeado Diretor de Operações. Capaz juridicamente e identificada como a própria pela Tabela-Substituta, à vista dos documentos apresentados, disse que, por este instrumento e nos termos de direito, nomeava e constituía seus procuradores procuradores **PAULO ROBERTO FERRARI**, casado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 2856975, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 508.676.106-97, **NILTON EDUARDO DOS SANTOS**, casado, engenheiro elétrico, portador da carteira de identidade RG nº M-6143113, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 857.708.336-53, **RICARDO ESTEVÃO TORRES**, solteiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade RG nº M-4013505, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 551.400.256-04, e **CAIO CESAR PERDIGAO MAGALHAES DE ARAUJO**, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade RG nº MG-14090074, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 070.344.366-65, todos brasileiros, com endereço comercial na Rua Ouro Preto nº 3379, bairro Barro Preto, na Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, conferindo-lhes poderes especiais para: **1.- AGINDO SEMPRE EM CONJUNTO DE DOIS**, independente da ordem de nomeação, assinar contratos de venda e instalação, assim como contratos de prestação de serviços de manutenção e/ou modernização de elevadores,

escadas rolantes, esteiras, plataformas, equipamentos de acessibilidade e pontes de embarque de passageiros ("fingers"), assinar contratos desta natureza, inclusive com órgãos públicos, acertando as condições de preço, prazo e o que mais for preciso para o mister ora outorgado, apresentar propostas de venda ou qualquer outro serviço vinculado ao seu objeto social; assinar orçamentos; assinar distratos e rescisões contratuais; submeter propostas de serviços, assinar contratos com terceiros/fornecedores, tais como: contratos de telefonia e manutenção de equipamentos, entre outros; representar no Ministério Público e na Superintendência do Trabalho; assinar o PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário; admitir e demitir empregados, assinar carteiras de trabalho, aplicar penas previstas em lei a estes; representá-la em processos administrativos de qualquer natureza, subscrevendo defesas e recursos; efetuar cobrança de prestações relativas a contratos de venda e/ou prestação de serviços de manutenção e/ou modernização de elevadores de elevadores, escadas rolantes, esteiras, plataformas e equipamentos de acessibilidade e pontes de embarque de passageiros ("fingers"); **2.- AGINDO ISOLADAMENTE:** no Estado de Minas Gerais, inscrever e representar a TK Elevadores Brasil Ltda., como unidade orgânica empresarial, matriz e/ou filiais, em licitações públicas realizadas por quaisquer órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, suas autarquias e outros órgãos correlatos; representar a outorgante nestas licitações, perante as comissões de licitação ou pregoeiros, em todas as suas fases, de habilitação a julgamento das propostas; apresentar propostas, impugnações e pedidos de esclarecimentos de editais aos órgãos públicos; subscrever e interpor recursos administrativos em quaisquer fases, prestar caução, pagar taxas, transigir, desistir, assinar atas e documentos das referidas licitações; especialmente, confere poderes para representação da outorgante em licitações da modalidade pregão, presencial ou eletrônico, podendo submeter propostas e lances de preços, discuti-los e negociar com o pregoeiro na etapa competitiva; manifestar interesse da outorgante em recorrer administrativamente, se for o caso, firmando as respectivas razões recursais, exceto assinar contratos administrativos decorrentes de licitação; representar a outorgante perante o Poder Judiciário em geral, em audiências de conciliação ou instrução e julgamento, podendo transigir, confessar, prestar depoimento pessoal, assinar atas e nomear prepostos para representar a empresa em processos cíveis ou trabalhistas e suas audiências e o que mais preciso for para o fiel desempenho deste mandato; receber notificações ou intimações, assinar guias de recolhimentos; juntar e retirar documentos; produzir provas; assinar correspondências; representá-la nas repartições públicas federais, estaduais e municipais e suas

TABELION
SILVIO V
TABEL
SANDRA KRU
TABEL
SABRINA
TABEL
CRISTINA A
ESCREV
DEBORA
ESCREV
GUACIA R



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE GUAÍBA
TABELIONATO DE NOTAS

TRASLADO

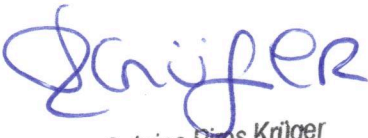
Ⓟ

fl. 2

autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e entidades paraestatais e descentralizadas, pessoas jurídicas de direito privado, em especial, condomínios e, inclusive, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; retirar guias; receber correspondências telegráfica e epistolar, postais simples ou registrados, com ou sem valor e praticar os demais atos que se fizerem necessários ao fiel desempenho deste mandato, que tem seu **prazo de validade limitado a um (01) ano, contado desta data**, assim como o âmbito de representação dos outorgados em face dos poderes aqui conferidos fica adstrito e limitado ao território do Estado de Minas Gerais. Disse mais: **a)** caso viesse a praticar atos para os quais delegava poderes por esta procuração, tal prática não importaria na revogação do presente mandato; **b)** de livre vontade, no início deste ato, prestou e/ou confirmou informações para fins de atualização do cadastro desta Serventia. De como assim disse e outorgou, pediu e lhe lavrei este instrumento, o qual, depois de feito e lhe sendo lido, achou conforme, aceitou, ratificou e assina. Eu, Vinício Rodrigues de Souza, Escrevente, escrevi. Eu, Sabrina Pires Krüger, Tabeliã-Substituta, conferi, certifico o cumprimento das exigências legais inerentes à legitimidade deste ato, dou fé e assino. Desta - Procuração: R\$ 78,50 (0262.04.1700001.09901 = R\$ 3,30); diligência: R\$ 39,50 (0262.04.1700001.09900 = R\$ 3,30); processamento eletrônico: R\$ 5,30 (0262.01.2000003.23624 = R\$ 1,40). **Certifico** que o ato está assinado pelas partes e pelo notário na forma acima mencionada. NADA MAIS CONSTAVA. Trasladata nesta data.

Guaíba, 1 de fevereiro de 2021

EM TESTEMUNHO  DA VERDADE.



Bela. Sabrina Pires Krüger
Tabeliã Substituta

COMARCA DE GUAÍBA
VINÍCIO RODRIGUES DE SOUZA
ESCREVENTE AUTORIZADO
SABRINA PIRES KRÜGER
TABELIÃ SUBSTITUTA
CRISTINA MARKOWSKI NUNES
ESCREVENTE AUTORIZADA
DEBORA SALVATERRA REN
ESCREVENTE AUTORIZADA
GUAÍBA - RIO GRANDE DO SUL

TABELIONATO DE GUAÍBA
SILVIO WILSON KRUGER
TABELIÃO DE NOTAS
SANDRA KRUGER VINÍCIO RODRIGUES
TABELIÃ SUBSTITUTA
SABRINA PIRES KRUGER
TABELIÃ SUBSTITUTA
CRISTINA MARKOWSKI NUNES
ESCREVENTE AUTORIZADA
DEBORA SALVATERRA REN
ESCREVENTE AUTORIZADA
GUAÍBA - RIO GRANDE DO SUL



A consulta estará disponível em até 24h
no site do Tribunal de Justiça do RS
<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>
Chave de autenticidade para consulta
103119 51 2021 00006940 28